

POLÍTICAS PARA A EDUCAÇÃO ARTÍSTICA EM PORTUGAL (2006-2016): UM OLHAR A PARTIR DAS ESTRUTURAS CURRICULARES E DO SISTEMA DE APOIOS

Ana Isabel Augusto*

Miguel Falcão**

*Instituto de Educação da Universidade de Lisboa | Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Lisboa

**Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Lisboa | Centro de Estudos de Teatro da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

[*aisabel@campus.ul.pt](mailto:aisabel@campus.ul.pt), [**miguelf@eselx.ipl.pt](mailto:miguelf@eselx.ipl.pt)

Resumo

Este estudo procura perceber em que medida e de que forma o discurso sobre a Educação Artística (EA) foi integrado no plano das políticas educativas, em particular na definição das estruturas curriculares do sistema de ensino e nos apoios concedidos em geral nesta área, dez anos passados da Conferência Mundial de Educação Artística (2006).

Foram definidos os seguintes objetivos: i) Mapear a publicação de documentos sobre a EA, entre 2006 e 2016; ii) Perceber as orientações político-pedagógicas para a área da EA formal, presentes nos documentos publicados; iii) Compreender os termos em que os atos produzidos incentivam a criação de medidas de apoio e financiamento à EA.

Esta investigação enquadra-se no paradigma interpretativo e segue uma abordagem do tipo qualitativo, assente em pesquisa e análise documental. O corpus documental, reunido e organizado numa base de dados consultável, é composto por 303 atos publicados em Diário da República, recenseados no período entre 2006 e 2016, subordinados à pesquisa sobre EA.

Os resultados permitiram obter, entre outras, as seguintes conclusões: (i) as linhas orientadoras dos governos constitucionais e as conceções ideológicas subjacentes não são claras nem se distinguem entre si de forma acentuada; (ii) as principais opções curriculares para esta área revelam tendências de desvalorização em detrimento de outras áreas; (iii) a EA encontra expressão em termos de apoios na dimensão “local”, ainda que se revele destruturada quanto à sua implementação.

Palavras-chave: Educação Artística; Ação Política; Estruturas Curriculares; Apoios e Financiamentos.

ENQUADRAMENTO

Este artigo parte da investigação que esteve na base da dissertação de mestrado em Educação Artística, especialização de Teatro na Educação, apresentada à Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Lisboa. O estudo pretendeu identificar, através de um corpo documental composto por trezentos e três atos publicados em *Diário da República*, de que forma a publicação de documentos fornece linhas orientadoras quanto às estruturas curriculares e quanto à promoção da EA, através de apoios e incentivos.

A conferência Mundial de Educação Artística, que teve lugar em 2006 em Lisboa, serviu de marco temporal para o estudo, tendo sido recolhidos documentos entre esse ano e 2016.

A génese e evolução do conceito social de Arte estão na base da dificuldade de um consenso nas perspetivas da relação entre Arte e Educação. Por um lado, existe um valor artístico inato do indivíduo e, como tal, uma desvalorização da possibilidade de ensino (Fernandes, Ó, & Paz, 2014). Por outro, verifica-se a falta de necessidade de uma validação académica para a arte a partir do momento em que o artista se concebe como criador em exercício de liberdade individual, dificultando o exercício de educação nesta área (Xavier, 2010).

Debruçando-se o nosso estudo sobre a relação entre arte, educação e políticas públicas, é relevante focar que, ao longo dos anos, o percurso na área da EA tem sido pautado por avanços e recuos pouco estruturados, sendo que a cultura tem merecido um forte destaque nas preocupações e orientações programáticas. Esta constatação é mais presente nos programas e nos discursos políticos, do que na concretização dessa realidade, nomeadamente em medidas de financiamento (Fortuna, 2014).

Abordar a área das políticas públicas é abordar um conceito que tem dependido dos elementos que cada autor convoca para a sua definição. As políticas públicas incidem sobre uma ação pública e pressupõem a prestação de um serviço público. A definição das políticas públicas relaciona-se diretamente com a diversidade e a relação de forças dos diversos atores sociais, concretamente com o modo como a sociedade percebe um determinado problema e lhe atribui importância suficiente para ser integrado na agenda política. O estudo das políticas públicas, e da complexidade que as rodeia, não se esgota na análise dos documentos normativos produzidos por um determinado governo. Ainda assim, esses documentos são essenciais na identificação de um sistema de valores, isto é, no reconhecimento das ideias consideradas passíveis de constar da agenda política e, assim, serem objeto de ação política, pois, as políticas públicas, em geral, têm sempre um significado e carregam em si um conjunto de valores atribuídos pelas instâncias responsáveis.

Este estudo tem como base os documentos publicados em *Diário da República*, sendo este o meio de os cidadãos terem acesso à legislação e tomarem conhecimento dos atos de relevância política e jurídica.

Ao longo do período em estudo, estiveram em funções cinco Governos Constitucionais. Dois partidos têm tido ao longo dos anos responsabilidade governativa em alternância (PS e PSD). Por um lado, existe a convicção por parte de alguns teóricos da indefinição e proximidade ideológica preconizada pelos sucessivos Governos do Portugal democrático e, por outro, alguns autores defendem que existem distinções, nomeadamente nas ideologias de educação, tendo estas vindo a manifestar-se nas várias reformas que se foram verificando no sistema de ensino. Quanto às políticas de educação, especificamente, encontram-se duas tendências que acompanham a sua evolução: os processos de autonomia e descentralização da educação e o impacto da economia e respetivos cortes orçamentais.

Em Portugal, assistiu-se a um movimento de descentralização e a uma consequente redefinição do papel do Estado na Educação. Ainda assim, apesar de o discurso em torno da descentralização por parte dos governos ser rodeado de justificações que têm como base uma aproximação local aos decisores, bem como o respeito pelo específico de cada lugar e um maior apelo à participação dos cidadãos, as políticas concretas de descentralização acabam por ter na sua base uma transferência de poderes para as instâncias e atores locais (Barroso, 2013). Assiste-se a “uma diminuição da sua função de prestador direto do serviço público, mas conservando a sua capacidade estratégica de garante da coesão nacional e da equidade da oferta educativa” (Barroso, 2013, p. 17).

A crise económica portuguesa teve efeitos significativos na Educação, tendo esta crise resultado em medidas muito concretas que foram adotadas ao nível do sistema educativo (Benavente, Queiroz, & Aníbal, 2015).

Este estudo partiu desta realidade e centra-se no interesse de sistematizar as opções e as linhas orientadoras relativas à EA, especialmente em cinco vertentes: i) linhas orientadoras dos governos constitucionais (2006-2016) e conceções ideológicas subjacentes; ii) relação entre as orgânicas ministeriais e os discursos e as iniciativas sobre a EA; iii) principais opções curriculares para esta área; iv) dimensão “local” da sua implementação; v) ações de promoção diretas e indiretas.

Neste sentido, foram definidos os seguintes objetivos gerais: i) Mapear a legislação sobre EA em Portugal, entre 2006 e 2016; ii) Perceber as orientações político-pedagógicas para a área da EA formal, presentes na legislação publicada entre 2006 e 2016; iii) Compreender os termos em que a legislação produzida entre 2006 e 2016 incentiva a criação de medidas de apoio e financiamento à EA.

METODOLOGIA

Este estudo exploratório de natureza histórica e documental, enquadra-se na abordagem qualitativa e foi desenvolvido numa perspetiva descritiva e interpretativa, partindo do princípio de que o paradigma interpretativo “pretende substituir as noções científicas de explicação, previsão e controlo do paradigma positivista pelas de compreensão, significado e ação” (Coutinho, 2011, p. 16).

Os dados para este estudo foram recolhidos no sítio oficial do *Diário da República Eletrónico* (www.dre.pt), a partir da pesquisa da expressão “Educação Artística”. A pesquisa foi realizada entre outubro de 2016 e julho de 2017.

Uma vez que os métodos de análise de dados neste tipo de estudo “implicam a aplicação de processos técnicos relativamente precisos” (Quivy & Campenhoudt, 2008, p. 224), foi feita inicialmente a inserção dos dados numa base (com recurso ao programa Excel), separando as Unidades de Registo (UR) consideradas relevantes para o tema abordado (Flores, 1994), neste caso a EA, a que se seguiu a categorização dos dados, tendo as categorias, subcategorias e indicadores sido definidos *a posteriori*.

Após o processo de categorização, procedemos a uma codificação dos dados, associando as UR às respetivas categorias, subcategorias e indicadores definidos. Pode-se considerar que se optou por fazer uma “análise categorial”, que “consiste em calcular e comparar as frequências de certas características . . . previamente agrupadas em categorias significativas” (Quivy & Campenhoudt, 2008, p. 226).

BASE DE DADOS

A génese da base de dados construída no âmbito deste estudo permite uma análise dos dados através do cruzamento de diversas informações, existindo uma diversidade de possibilidades que o recurso comporta. A base foi construída através de um sistema de identificação e associação de filtros, permitindo ao utilizador selecionar as diversas combinações que mais lhe possam interessar.

O primeiro filtro que se pode utilizar é o das “categorias” (cf. Tabela I).

Tabela I
Filtro: Categorias

| Categorias |
|---|
| Linhas políticas orientadoras |
| Estado - Ministérios e Estruturas Centralizadas |
| Níveis de Educação e Ensino |
| Estado - Estruturas Locais |

Quanto à categoria “linhas políticas orientadoras”, foram considerados documentos que indiquem ações por parte dos governos referentes a linhas ideológicas seguidas pelos mesmos, ou seja, documentos que desenhem estratégias centrais. Exemplo destes são os documentos que definem o planeamento económico e social dos governos (orçamentos de estado e grandes planos anuais).

No caso da categoria “Estado – ministérios e estruturas centralizadas”, foram consideradas UR relativas a publicações de estruturas, medidas e formas de organização utilizadas pelo Estado na área da EA. Na categoria “níveis de educação e ensino”, observamos os atos publicados que tratam da inserção e gestão da EA nos currículos dos vários níveis de educação e ensino. A categoria “Estado – estruturas locais” agrupa as UR que se relacionam

com a promoção da EA pelas estruturas locais, quer através das estruturas dos municípios e freguesias, quer através de apoios diretos ou indiretos.

O segundo e o terceiro filtros correspondem às “subcategorias” (cf. Tabela 2) e “indicadores” (cf. Tabela 3).

Tabela 2
Filtro: Subcategorias

| Subcategorias |
|---|
| Planeamento económico e social |
| Autonomia/Descentralização |
| Órgãos Consultivos |
| Apoios diretos ou indiretos (Estado - Ministérios e Estruturas Centralizadas) |
| Formas de organização |
| Estruturas e Entidades Públicas |
| Educação e ensinos regulares (organização curricular) |
| Adequação da oferta educativa nas áreas artísticas |
| Ensino Artístico Vocacional e Profissional |
| Formação superior em Educação Artística |
| Atividades de enriquecimento curricular |
| Estruturas dos Municípios e freguesias |
| Apoios diretos ou indiretos (Estado - Estruturas Locais) |

Para além da utilização dos filtros de pesquisa, baseados na categorização feita através das UR, foram acrescentados filtros que permitem outro tipo de ligações, potenciadoras de cruzamentos elucidativos em termos de resultados.

Assim, foi utilizado um filtro para a data, podendo existir uma seleção de qualquer um dos onze anos em análise (2006 a 2016).

Outro filtro é referente ao tipo de documento publicado (cf. Tabela 4), permitindo o acesso tanto a normativos como a outras publicações. O mesmo filtro permite também perceber a que série do *Diário da República* – primeira ou segunda – pertencem os documentos publicados, sendo que a primeira série inclui os atos normativos e a segunda série contempla os atos e contratos administrativos, entre outros (DRE, Guia de Publicação dos Atos no *Diário da República*, s.d.).

Um último filtro permite identificar o Governo Constitucional a que é referente cada um dos atos publicados. O uso deste filtro permite também visualizar o conjunto dos atos inventariados referentes a cada Governo Constitucional. Tendo em conta o intervalo temporal do estudo, foram considerados os XVII, XVIII, XIX, XX e XXI Governos Constitucionais.

As UR foram organizadas de acordo com indicadores, depois agrupados em subcategorias. Estas foram reorganizadas em categorias, reunidas, por sua vez, no mesmo tema de estudo: “Publicações em Educação Artística”.

Tabela 3
Filtro: Indicadores

ATAS DO IV ENCONTRO DE MESTRADOS EM EDUCAÇÃO E ENSINO
DA ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DE LISBOA

| Indicadores |
|--|
| Delegação/subdelegação de competências |
| Contratos interadministrativos |
| Reorganização do Estado e das suas estruturas |
| Pareceres |
| Recomendações |
| Grandes opções dos planos |
| Orçamentos de Estado |
| Alterações em estruturas culturais públicas |
| Orgânica dos governos constitucionais |
| Orgânica dos ministérios |
| Orgânica e estruturas nucleares de direções gerais e regionais |
| Equipas e secções |
| Comissões e conselhos |
| Apoios por parte de ministérios |
| Programas e medidas |
| Benefícios fiscais |
| Utilidade pública |
| Autonomia e/ou paralelismo pedagógico |
| Organização, funcionamento e avaliação |
| Apoio financeiro |
| Estrutura, respostas e formas de organização |
| Apoios e financiamento |
| Pós-graduações |
| 1º ciclo de estudos |
| 2º ciclo de estudos |
| 3º ciclo de estudos |
| Avaliação e transição para o ensino superior |
| Adoção de manuais escolares |
| Dimensão das turmas e número de alunos |
| Organização da rede escolar e do ano letivo |
| Educação Pré-escolar |
| Ensinos Básico e Secundário |
| Serviços Educativos |
| Espaços de apresentação/promoção cultural |
| Associativismo |
| Instituições de Solidariedade Social |
| Projetos culturais |
| Regulamentos e critérios - Atribuição de subsídios e apoios |
| Bolsas de estudo |

Tabela 4
Filtro: Tipo de Documento

| Tipo de Documento |
|---------------------------|
| Decreto-lei |
| Lei |
| Despacho |
| Portaria |
| Edital |
| Declaração de Retificação |
| Resolução |
| Aviso |
| Deliberação |
| Regulamento |
| Anúncio |
| Programa de Governo |
| Orçamento de Estado |
| Planos |
| Decreto Regulamentar |
| Declaração |
| Despacho Normativo |
| Parecer |
| Recomendação |
| Contrato |

Globalmente, constatamos que existiu uma maior produção de documentos, com publicação efetiva, nos anos de 2012 e 2015 (cf. Figura 1). Em contrapartida, os anos de 2006, 2007, 2013 e 2014 são aqueles em que se observa um menor volume de publicação de atos nesta área.

Figura 1. Documentos publicados por Ano

Verificamos que a categoria com o maior número de UR identificadas é referente a “Níveis de educação e ensino”, sendo que as restantes três categorias encontram-se equilibradas em termos de número de documentos considerados (cf. Figura 2).



Figura 2. Documentos publicados por Categorias

Focando a análise nas subcategorias, podemos notar que o maior número de documentos está associado às questões da representação que a EA tem ao nível do poder local, quer seja através de documentos que promovem a autonomia e a descentralização, quer seja tendo em conta as medidas que as autarquias promovem para proporcionar condições a diversas ações na área da EA (cf. Figura 3).

As subcategorias que refletem os apoios diretos e indiretos são relativas a duas dimensões distintas. Integrámos nos apoios diretos os que são atribuídos diretamente pelo Estado, através dos seus ministérios ou das estruturas centrais, ou através das estruturas locais para a área da EA. Quanto aos apoios indiretos, considerámos documentos que beneficiassem a nível

financeiro entidades promotoras na área da EA, sem ser necessariamente através de apoios diretos, como por exemplo, através da redução de despesas com impostos ou mais valias fiscais.

Na subcategoria “formas de organização”, considerámos UR relativas à forma como os governos, no intervalo temporal considerado no estudo, definiram as estruturas centrais e ministeriais que tinham competência na área da EA.

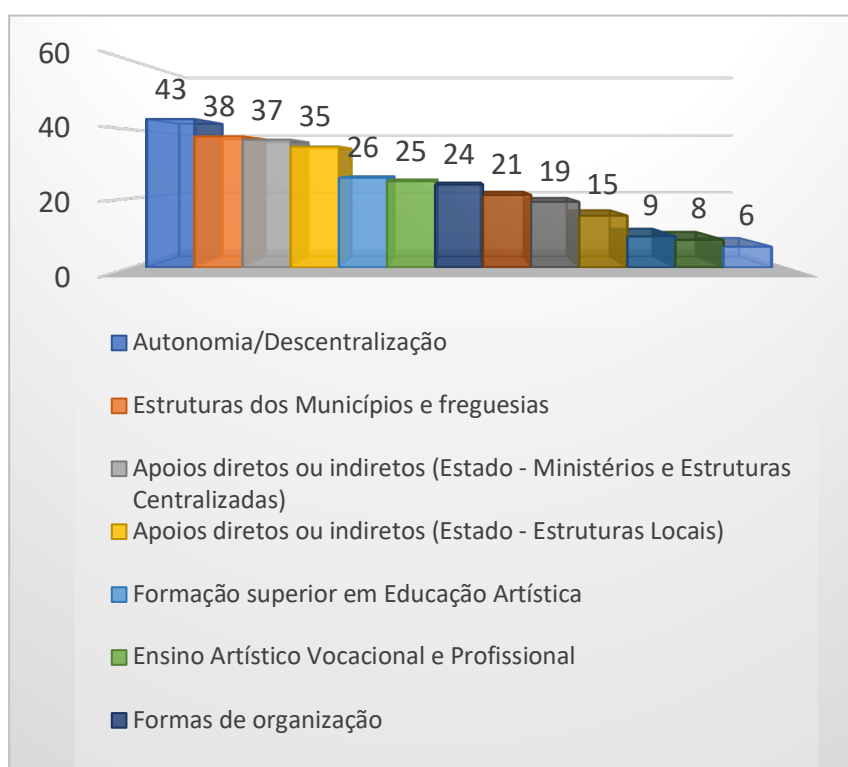


Figura 3. Documentos publicados por Subcategorias

Quando nos referimos a estruturas ou entidades, fazemo-lo no sentido da análise de documentos publicados que têm na sua base a criação ou a alteração em estruturas públicas ou com dependência direta do Estado, como é o caso de museus, fundações, teatros ou outras estruturas culturais. Relativamente aos “órgãos consultivos”, que considera entidades consultivas independentes, todos os documentos analisados – pareceres e recomendações – foram emitidos pelo Conselho Nacional de Educação.

RESULTADOS

Optamos por focar em termos gerais alguns resultados que nos parecem mais relevantes. Um dos resultados é o de que não existe uma relação entre um maior ou menor número de

documentos publicados e a existência de alterações governativas, mesmo quando estas implicam mudança das ideologias políticas.

A nomenclatura “Educação Artística” é utilizada maioritariamente quando existe a definição de competências para as equipas e estruturas do estado, nas grandes opções dos planos e nos pareceres e recomendações dos órgãos consultivos. Ou seja, terminologia específica surge na documentação emitida no âmbito das linhas ideológicas e das estruturas centrais do estado, não havendo um reconhecimento dessa nomenclatura nos restantes documentos.

Apesar de a Conferência Mundial de EA, promovida pela UNESCO (2006), ter servido de limite temporal a este estudo, identifica-se apenas uma UR específica. Também não se consegue identificar nos dados recolhidos um “pico” de produção de atos nos anos imediatos à conferência mundial nem à conferência nacional. Estes dados convocam para uma reflexão em torno da forma como as políticas públicas nesta área estarão assentes numa lógica desagregada e descoordenada.

No plano dos sistemas de apoios, os resultados mostram que existe uma tendência de descentralização de competências ligadas à EA. Esta evidência é acompanhada de uma dicotomia, pois, a par de uma maior autonomia dada às estruturas de poder local (nomeadamente no que respeita a uma autonomia funcional), nota-se também um maior controlo financeiro que inibe as opções na área da EA, que poderiam ser tomadas no plano de uma autonomia efetiva. Essa descentralização está também patente na expressão dos apoios diretos ou indiretos concedidos à área da EA, que têm a sua base fortemente assente nas estruturas de poder local. Ainda assim, atendendo à sua natureza, esses mesmos apoios, mostram-se pouco definidos em termos de permanência e tipologia. Fica patente um campo impreciso quanto à estrutura, à duração e à constância.

Relativamente à organização curricular, pelos atos analisados, conseguimos aferir que existe uma forte centralização curricular, mais focada nas disciplinas frequentemente consideradas “nucleares” (como o português e a matemática) e uma depreciação de outras disciplinas, como as da área da EA (Benavente, Queiroz, & Aníbal 2015). O que confirma a conclusão já efetuada no relatório sobre Educação artística e cultural nas escolas da Europa, da Eurydice – Rede de Informação sobre Educação na Comunidade Europeia (2010): “existe uma hierarquia no currículo, que atribui prioridade à leitura, à escrita e à numeracia” (p.9).

Os dados recolhidos indicam que a EA, se, por um lado, é percecionada pelo Estado como área com utilidade no domínio público e fortemente valorizada, até na produção de normativos, por outro, tem um valor considerado pontual e no plano das ideias, que não parece ter correspondência efetiva na prática.

CONCLUSÕES

De forma global, os resultados mostram que há uma relação estabelecida – ou inferível – entre as matrizes ideológicas subjacentes às políticas governamentais e as linhas orientadoras para a EA traçadas por cada executivo, verificadas a partir da análise dos documentos publicados, uma vez que é através da publicação dos atos de importância normativa e jurídica que a população toma conhecimento e consciência das ideias que as instâncias políticas e

governativas defendem e adotam. Também se verifica o papel que as próprias instâncias políticas e governativas definem para si próprias na determinação do rumo ideológico do país, visível, por exemplo, na forma como os governos integram uma determinada área, como a EA, nos currículos e na expressão que essa mesma área tem, em maior ou menor dimensão, no plano financeiro.

Se nos programas dos Governos, ainda que sem grande expressão, a EA é reconhecida, quando cruzada com as grandes opções dos planos para os anos em estudo e com os orçamentos de estado desses mesmos anos, o que se verifica é que nestes dois tipos de documentos publicados não existe uma presença significativa da EA que suporte a afirmação de que há linhas orientadoras definidas e claras para essa mesma área. Também significativo parece ser o facto de o espectro ideológico dos Governos Constitucionais portugueses entre 2006 e 2016 não ter influência na produção de documentos oficiais na área da EA, o que coincide com as considerações já descritas por Guedes (2012, 2016) sobre a fraca distinção ideológica dos partidos que exerceram o poder nos anos em estudo.

A falta de expressão da EA ao nível dos atos públicos, conjugada com a reduzida existência de documentos referentes à Conferência Mundial, levam-nos à reflexão sobre a dimensão que a EA tem nas políticas públicas. Não obstante no período posterior à conferência existirem atores e ideias com uma vontade concretizadora de inserção desta temática na agenda política (manifestada em algumas publicações), isso acabou por nunca surtir os efeitos práticos esperados.

Parece-nos que o grande movimento ao nível dos currículos segue no sentido do afastamento das áreas artísticas do currículo oficial dos sistemas de ensino. Não se tem assistido a um aumento significativo do tempo dedicado às áreas artísticas em termos curriculares, nem tampouco a uma valorização dos recursos humanos e das respetivas condições de trabalho para o acompanhamento destas áreas. A segunda tendência diz respeito à consecutiva generalização das áreas artísticas, tanto no agrupamento de conceitos e práticas implicados, não distinguindo as diversas linguagens artísticas, mas agregando-as em áreas artísticas genéricas (do tipo “Expressões”), com a consequente desvalorização da importância da especialização dos recursos afetos a estas áreas.

Esperamos que este estudo, e em particular a disponibilização da base de dados construída, contribua para a necessária investigação que deve ser realizada em torno da EA. Talvez possa ser considerado como mais um motivo – e, simultaneamente, fonte – para que mais e novas questões se desenhem e discutam em torno do “lugar” ocupado pela área da EA nas políticas públicas em Portugal.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Augusto, A. I. (2017). *A educação artística em Portugal (2006-2016): Estruturas curriculares e sistemas de apoios como espelhos das políticas educativas*, (Dissertação de Mestrado). Escola Superior de Educação de Lisboa. Instituto Politécnico. Lisboa. Obtido de <https://repositorio.ipl.pt/handle/10400.21/8432>

ATAS DO IV ENCONTRO DE MESTRADOS EM EDUCAÇÃO E ENSINO
DA ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DE LISBOA

- Barroso, J. (2013). A emergência do local e os novos modos de regulação das políticas educativas. *Educação: Temas e Problemas*, 12-13, 13-25.
- Benavente, A., Queiroz, S., & Aníbal, G. (2015). Crise, Austeridade e Educação em Portugal (2011-2014). *Investigar em Educação, II Série, N°3*.
- Campenhoudt, L. V., & Quivy, R. (2008). *Manual de investigação em ciências sociais*. Lisboa: Gradiva.
- Costa, J. A. (1997). *O Projecto Educativo da Escola e as Políticas Educativas Locais: Discurso e Práticas*. Aveiro: Universidade de Aveiro.
- Coutinho, C. (2011). *Metodologias de investigação em ciências humanas*. Coimbra: Almedina.
- Diário da República*. (s.d.). Consultado a 01 de Agosto de 2017, em <https://dre.pt/>
- Eurydice – Rede de Informação sobre Educação na Comunidade Europeia. (2010). *Educação artística e cultural nas escolas da Europa*. Lisboa: Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação, Ministério da Educação.
- Fernandes, D., Ó, J. R., & Paz, A. L. (2014). Da Génese das Tradições e do Elitismo Imperativo da Democratização: A Situação do Ensino Artístico Especializado. Em Rodrigues, M. (coord.). *40 anos de políticas de educação em Portugal (Vols. II - Conhecimento, Atores e Recursos*, pp. 149-198). Coimbra: Almedina.
- Flores, J. G. (1994). *Análisis de datos cualitativos: aplicaciones a la investigación educativa*. Barcelona: PPU.
- Fortuna, C. (coord.). (2014). *Cultura, Formação e Cidadania*. Lisboa: Gabinete de Estratégia, Planeamento e Avaliações Culturais, Secretaria de Estado da Cultura.
- Guedes, N. (2012). Convergência ideológica? Uma análise comparada dos programas eleitorais do PS e do PSD (1991-2009). *Sociologia, Problemas e Práticas*, 68, p. 103-125.
- Guedes, N. (2016). ESQUERDA-DIREITA: Análise das posições ideológicas do PS e do PSD (1990-2010). *SOCIOLOGIA, PROBLEMAS E PRÁTICAS*, 80, pp. 95-116.
- Xavier, J. B. (2010). *Políticas para a Educação Artística e Cidadania Activa: que perspectivas?* Comunicação apresentada no Seminário Repensar a Cidadania a partir da Experiência Artística da companhia de Teatro: O Teatrão, Coimbra.